

RELATÓRIO TRIMESTRAL/2025

PERÍODO: JULHO A SETEMBRO DE 2025

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO CATETE

ASSUNTO: RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO REF. AO 3º

TRIMESTRE/2025

GERTOR: ANTONIO CESAR CORREIA DINIZ DE RESENDE

PERÍODO: 01/07/2025 A 30/09/2025



1 - APRESENTAÇÃO

O Município de **Rosário do Catete**, localizado no Estado de Sergipe, na região do Vale do Cotinguiba, possui uma população estimada de **9.295 habitantes**, conforme os dados do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo IBGE.

A administração municipal é centralizada na **Prefeitura Municipal de Rosário do Catete**, cujo Chefe do Poder Executivo, eleito nas eleições de 2024, é o **Sr. Antonio Cesar Correia Diniz de Resende**. A gestão municipal tem como objetivo a busca pela excelência na prestação dos serviços públicos, pautando-se nos princípios constitucionais da **legalidade**, **impessoalidade**, **moralidade**, **publicidade**, **eficiência e eficácia**, conforme previsto nos **artigos 37 e 74 da Constituição Federal**.

O Órgão Central de Controle Interno foi instituído pela Lei Municipal nº 432/2001, de 31 de dezembro de 2001, com alterações posteriores, atualmente estruturado com base na Lei Complementar nº 04, de 03 de março de 2022. Além da legislação municipal, a criação e funcionamento do controle interno têm respaldo nas normas constitucionais (arts. 70 e 74 da CF/88), na Lei Federal nº 4.320/1964 (arts. 75 a 80), na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e na Resolução TCE/SE nº 206/2001, alterada pela Resolução nº 226/2004.

Com o propósito de assegurar a legalidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos, a estrutura administrativa da Prefeitura se subdivide em órgãos centralizador e descentralizadores, conforme a seguir:

1.1 – Órgão Centralizador

Prefeitura Municipal de Rosário do Catete

CNPJ nº 13.109.756/0001-15

Gestor: Antonio Cesar Correia Diniz de Resende

1.2 - Órgãos Descentralizadores

Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

CNPJ nº 14.811.023/0001-90 **Gestora**: Verônica Menezes Bispo

Fundo Municipal de Saúde – FMS

CNPJ nº 11.370.682/0001-40

Gestora: Glícia Karine Araújo Fontes



2 - INTRODUÇÃO

Em atendimento às disposições legais que regem a gestão fiscal, orçamentária e financeira da administração pública, em especial:

- Lei Federal nº 4.320/1964, arts. 75 e 82;
- Constituição Federal de 1988, arts. 37, 42, 74 e 165;
- Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), art. 59;
- Resolução TCE/SE nº 206/2001 e demais normativos aplicáveis;

Apresentamos o Relatório Trimestral do Controle Interno, referente ao período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2025, o qual foi encaminhado ao Chefe do Poder Executivo e ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, bem como publicado no Portal da Transparência do Município, no endereço: https://rosariodocatete.se.gov.br/portaltransparencia/?servico=cidadao/publicacoes/prestacaoDeContasGoverno

Este relatório tem como principal objetivo oferecer às autoridades competentes, aos órgãos de controle externo e à sociedade, informações claras e objetivas sobre a execução orçamentária e financeira da gestão municipal, avaliando sua conformidade legal, eficiência, eficácia e efetividade, nos aspectos contábil, patrimonial e operacional.

Além de apresentar as ações executadas no período, o relatório serve como **instrumento de apoio à gestão**, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços públicos e o atendimento dos interesses coletivos.

3. ABORDAGEM DO RELATÓRIO

O presente relatório contempla o acompanhamento da **execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional** da administração pública municipal, bem como da **gestão fiscal**, e aborda as principais áreas sujeitas à fiscalização do Controle Interno.

A verificação contempla os seguintes tópicos:

- Receita pública arrecadada;
- Situação financeira do município;
- Despesas empenhadas, liquidadas e pagas;
- Créditos orçamentários e adicionais;
- Despesas com diárias;
- Concessões de doações, subvenções, auxílios e contribuições;
- Gestão de bens patrimoniais e almoxarifado;



- Publicações obrigatórias previstas em lei;
- E outras informações relevantes para o controle da administração municipal.

A elaboração deste relatório baseia-se em documentos comprobatórios, registros contábeis e relatórios analíticos, com os seguintes objetivos:

- Garantir a veracidade e transparência das informações apresentadas;
- Prevenir erros, falhas e irregularidades;
- Detectar e corrigir possíveis desvios operacionais;
- Avaliar o desempenho dos setores administrativos;
- Salvaguardar o patrimônio público e promover a melhoria da eficiência na gestão.

Estrutura do Relatório

O relatório foi estruturado em seis seções principais:

- 1. Apresentação
- 2. Introdução
- 3. Abordagem do Relatório
- 4. Controles Verificados
- 5. Parecer
- 6. Conclusão

4. VERIFICAÇÃO E CONTROLE DAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DO CONTROLE INTERNO

O controle interno atua como instrumento de apoio à gestão pública, promovendo o monitoramento sistemático da execução das ações planejadas pela administração municipal. Dentre as áreas de atuação, destaca-se o acompanhamento do planejamento governamental, com foco na verificação do cumprimento das metas físicas e financeiras estabelecidas nos instrumentos de planejamento orçamentário e plurianual.

O planejamento constitui ferramenta essencial para a eficiência e transparência da gestão pública, sendo estruturado nos seguintes instrumentos legais:

• a) Plano Plurianual – PPA (2022–2025):

Estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração para o período de quatro anos. Foi aprovado pela **Lei Municipal nº 900, de 06 de janeiro de 2022**.



b) Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (2024):

Define as prioridades e metas para o exercício financeiro de 2024, além de orientar a elaboração da LOA. Foi aprovada pela **Lei Municipal nº 995, de 02 de julho de 2024**.

c) Lei Orçamentária Anual – LOA (2024):

Estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício vigente. Foi aprovada por meio da Lei Municipal nº 1005, de 24 de dezembro de 2024.

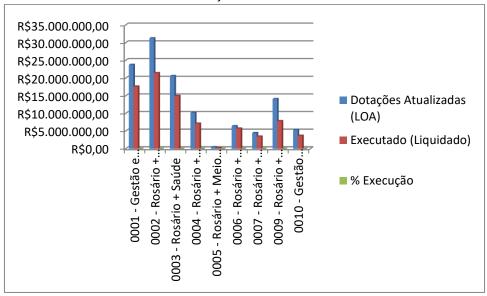
O setor de controle interno acompanha a execução orçamentária e financeira desses instrumentos, verificando a compatibilidade entre o planejado e o executado, com vistas a promover a correção de desvios, assegurar a boa aplicação dos recursos públicos e subsidiar a tomada de decisões administrativas.

Cruzamento Metas PPA × Execução LOA - 3º Trimestre de 2025

Programa de Governo	Dotações Atualizadas (LOA)	Executado (Liquidado)	% Execução
0001 - Gestão e Modernização Institucional	R\$ 23.793.053,47	R\$ 17.666.951,37	74,25%
0002 - Rosário + Educação	R\$ 31.308.552,76	R\$ 21.480.005,36	68,58%
0003 - Rosário + Saúde	R\$ 20.643.601,00	R\$ 15.004.997,36	72,71%
0004 - Rosário + Assistência, Desenvolvimento Social, Moradia e Trabalho	R\$ 10.231.471,00	R\$ 7.161.554,70	70,01%
0005 - Rosário + Meio Ambiente e Sustentabilidade	R\$ 469.160,00	R\$ 266.549,49	56,81%
0006 - Rosário + Cultura e Esporte	R\$ 6.445.746,01	R\$ 5.736.188,79	89,00%
0007 - Rosário + Segurança	R\$ 4.497.110,00	R\$ 3.483.026,99	77,45%
0009 - Rosário + Infraestrutura, Habitação e Transporte	R\$ 14.138.582,04	R\$ 7.855.589,92	55,56%
0010 - Gestão Legislativa (Câmara Municipal)	R\$ 5.339.524,00	R\$ 3.719.353,98	69,67%







Síntese

- A maioria dos programas apresenta execução entre 68% a 77%, o que indica execução moderada/alta para o 3º trimestre.
- O programa com maior execução é o Rosário + Cultura e Esporte (89%), indicando forte investimento nessa área.
- O programa com menor execução proporcional até agora é o Rosário + Infraestrutura (55,56%), sinalizando possíveis atrasos ou concentração de execução no último trimestre.

4.1 CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

4.1.2 Orçamento 2025

O orçamento público do Município de Rosário do Catete para o exercício de 2025 foi elaborado e aprovado conforme os dispositivos legais vigentes, sendo formalizado por meio da Lei Municipal nº 1.005, de 24 de dezembro de 2024, que estimou a receita e fixou a despesa no montante de R\$ 102.300.000,00 (cento e dois milhões e trezentos mil reais).

A distribuição das receitas e despesas está apresentada no quadro abaixo:



Quadro - Estimativa da Receita e Fixação da Despesa para 2025

RECEITAS / DESPESAS (R\$)							
Receitas Correntes	R\$	112.496.150,00					
Receitas de Capital	R\$	484.850,00					
Dedução da Receita/Fundeb	-R\$	10.681.000,00					
TOTAL DA RECEITA	R\$	102.300.000,00					
Despesas Correntes	R\$	99.421.600,00					
Despesas de Capital	R\$	2.789.400,00					
Reserva de Contingência R\$ 89.000,00							
TOTAL DA DESPESA R\$ 102.300.000,00							

Essa programação orçamentária reflete o planejamento anual da gestão municipal, fundamentado nas diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e alinhado com os objetivos estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) 2022–2025.

O controle interno acompanhará a execução das receitas e despesas previstas ao longo do exercício, observando os princípios da legalidade, eficiência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

4.1.3 RECEITA E TESOURARIA

A receita arrecadada do município até o período examinado correspondeu a **R\$ 90.210.791,69** (noventa milhões, duzentos e dez mil, setecentos e noventa e um reais e sessenta e nove centavo), conforme a seguir:

RECEITAS POR FONTES	ACUM. ATÉ O TRIMESTRE(R\$)
RECEITAS CORRENTES	R\$ 100.494.007,45
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 29.092,64
(-)DEDUÇÃO DO FUNDEB	-R\$ 9.363.779,03
(-)RESTITUIÇÃO DE RECEITAS	-R\$ 948.529,37
RECEITA TOTAL	R\$ 90.210.791,69



4.1.4 – DISPONIBILIDADE FINANCEIRA REGISTRADA NA TESOURARIA ATÉ 30/09/2025:

As disponibilidades financeiras apuradas na contabilidade pública do Município de Rosário do Catete, até 30 de setembro de 2025, totalizam R\$ 18.752.450,63 (dezoito milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta reais e sessenta e três centavos), conforme demonstrado a seguir:

Quadro - Disponibilidade Financeira por Unidade Gestora

Órgão Gestor	Saldo Financeiro (R\$)
Prefeitura Municipal	R\$ 14.134.200,63
Fundo Municipal de Saúde – FMS	R\$ 3.690.075,49
Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS	R\$ 928.174,51
Total Geral	R\$ 18.752.450,63

Os saldos informados referem-se às contas correntes e aplicações financeiras e foram verificados de forma individualizada, com base nos registros contábeis e extratos bancários analíticos de cada unidade gestora.

Esse acompanhamento tem por finalidade garantir a **fidedignidade das informações patrimoniais e a regularidade da movimentação financeira**, conforme os princípios da contabilidade pública e da transparência fiscal.

4.1.5 – ANÁLISE DO MOVIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIO

Com base no **Demonstrativo do Movimento Extra Orçamentário - Consolidado (Setembro/2025)**, observa-se a movimentação de diversas contas de natureza extraorçamentária no âmbito da Prefeitura Municipal de Rosário do Catete. O controle interno realizou uma análise geral com destaque para os maiores saldos, ingressos e despesas do período.

4.1.5.1 - Visão Geral

No trimestre em análise, o total de valores movimentados nas contas extraorçamentárias foi expressivo:



Saldo anterior total: R\$ 5.290.637,56
Ingressos acumulados: R\$ 10.783.921,15
Despêndios acumulados: R\$ 11.664.035,12
Saldo final consolidado: R\$ 4.984.253,89

Esses valores refletem a complexidade da gestão de recursos vinculados, retidos e consignados, que exigem controle rigoroso quanto à legalidade e tempestividade de repasses.

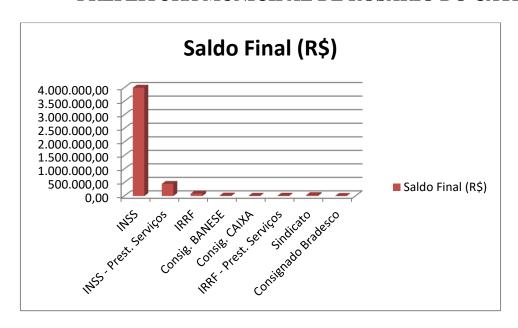
4.1.5.2 Destaques por Contas com Maiores Saldos Finais

A seguir, apresentamos as contas com os **maiores saldos finais acumulados** ao final de setembro/2025:

Conta	Descrição	Saldo Final (R\$)
21881010201	INSS (Geral)	3.999.406,91
21881010202	INSS - Prest. de Serviços	446.538,19
21881010401	IRRF	88.778,02
21881011501	Consignação BANESE	15.544,71
21881011502	Consignação CAIXA ECONÔMICA	8.743,57
21881010402	IRRF - Prest. de Serviços	9.082,77
21881011303	Sindicato	34.919,96
218810118	Consignado Bradesco	4.078,42

Observação: A conta de **INSS (21881010201)** representa o maior saldo individual, respondendo por mais de 80% do total acumulado nas contas credoras, demonstrando a relevância das obrigações previdenciárias retidas.





4.1.5.3 - Considerações e Recomendações

- A elevada movimentação nas contas de INSS e IRRF indica a necessidade de manter controle contínuo sobre os prazos legais para repasse desses valores aos órgãos competentes.
- As consignações bancárias e sindicais também apresentam relevância significativa, sendo fundamental garantir que as retenções sejam repassadas de forma correta e tempestiva, conforme contratos e normas vigentes.
- Recomenda-se o acompanhamento mensal das contas com saldos inalterados ou zerados, para identificar possíveis inconsistências ou necessidades de encerramento das rubricas não mais utilizadas.

4.1.6- **DESPESA**

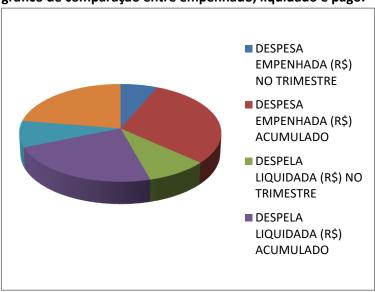
4.1.6.1 – Execução da Despesa Orçamentária até o 3º Trimestre de 2025

Com base na planilha de execução orçamentária disponibilizada, observa-se a seguinte consolidação da despesa pública do Município de Rosário do Catete no período de **janeiro a setembro de 2025**:

ÓRGÃO	DESPESA EMPENHADA (R\$)		DESPELA LIQUIDADA (R\$)		DESPESA PAGA (R\$))					
UNID.GESTORA	NO TRIMESTRE ACUMULADO		.GESTORA NO TRIMESTRE		CUMULADO	NC	TRIMESTRE	Δ	CUMULADO	NC	TRIMESTRTE		ACU	MULADO
PREFEITURA	R\$	15.897.398,61	R\$	74.627.498,29	R\$	22.503.177,73	R\$	57.325.730,76	R\$	21.655.737,24		R\$	55.570.866,29	
FMS	R\$	4.062.245,69	R\$	19.032.030,96	R\$	5.608.636,62	R\$	15.004.997,36	R\$	5.386.931,63	R\$	14.5	27.938,43	
FMAS	R\$	562.740,42	R\$	8.334.563,01	R\$	2.416.663,01	R\$	6.594.636,75	R\$	2.415.090,68		R\$	6.565.508,25	
TOTAIS	R\$	20.522.384,72	R\$	101.994.092,26	R\$	30.528.477,36	R\$	78.925.364,87	R\$	29.457.759,55		R\$	76.664.312,97	







Esses números evidenciam uma boa execução orçamentária, com elevado índice de liquidação e pagamento em relação aos valores empenhados.

4.1.6.2 - Análise Comparativa

- O percentual de despesa liquidada até o terceiro trimestre sobre o empenhado foi de aproximadamente 77,38%, demonstrando que a maior parte dos compromissos assumidos já foram executados.
- O valor **efetivamente pago até o terceiro trimestre** representa cerca de **97,14% da despesa liquidada**, o que indica agilidade nos desembolsos financeiros e boa capacidade de pagamento da Administração.
- A diferença entre o empenhado e o liquidado resultou em R\$ 71.465.614,90 (setenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e quatorze reais e noventa centavos) pode estar relacionada a contratos em andamento, folhas de pagamento estimados ou etapas de execução que ainda não foram certificadas.

4.1.6.3 Considerações Técnicas

- A execução orçamentária do Município até o 3º trimestre está dentro dos padrões de conformidade, com baixa diferença entre os estágios da despesa.
- Recomenda-se manter o acompanhamento dos restos a pagar, principalmente daqueles empenhos ainda não liquidados, para evitar a formação de passivos orçamentários excessivos ao final do exercício.



4.1.6.4 – Do Controle da Execução da Despesa Orçamentária – 3º Trimestre

O controle interno analisou o demonstrativo da despesa orçamentária consolidada até o mês de setembro de 2025. A dotação orçamentária atualizada do município alcançou o valor de R\$ 117.654.944,00, representando um acréscimo de aproximadamente 15% em relação à dotação inicial, que era de R\$ 102.300.000,00 – resultado principalmente da abertura de créditos adicionais.

Até o 3º trimestre, foram empenhados R\$ 107.043.966,60, correspondendo a 90,98% da dotação atualizada. Desse montante, foram liquidados R\$ 82.644.718,85 (70,24%) e pagos R\$ 80.383.666,95 (68,32%).

A seguir, destaca-se o desempenho de execução das unidades e secretarias:

Tabela - Execução Orçamentária por Unidade (até o 3º trimestre de 2025)

Tabela - Execução orçamentaria por omuade (ate o 5- trimestre de 2025)									
Unidade Orçamentária	Dotação Atualizada (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)	% Pago				
Câmara Municipal	5.339.524,00	4.197.000,00	3.719.353,98	3.719.353,98	69,68%				
Gabinete do Prefeito	1.498.100,00	1.216.558,37	1.165.645,12	1.164.594,92	77,70%				
Procuradoria-Geral do Município	570.000,00	453.789,95	417.029,78	417.029,78	73,17%				
Secretaria de Finanças (SEFIN)	5.430.148,72	4.606.106,21	4.035.592,01	3.994.954,01	73,59%				
Secretaria de Administração (SEAD)	4.178.148,74	3.608.998,62	2.938.183,78	2.915.018,32	69,76%				
Secretaria de Infraestrutura (SEMINFRA)	14.210.582,04	9.559.972,88	7.855.589,92	7.764.279,17	54,63%				
Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura (SEMMAA)		287.113,79	266.549,49	266.549,49	56,79%				
Secretaria de Assistência 6.126.471,00		4.623.591,23	3.455.871,46	3.374.390,84	55,06%				



Unidade Orçamentária	Dotação Atualizada (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)	% Pago
Social (SEMAS)					
Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	4.105.000,00	3.580.982,74	3.705.683,24	3.705.683,24	90,32%
Secretaria de Educação (SEMED)	6.100.000,00	4.956.506,56	3.435.015,29	3.394.124,64	55,64%
FUNDEB	18.036.199,97	15.107.939,87	13.003.795,95	12.974.509,98	71,94%
Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT)	5.912.136,01	5.646.460,32	5.448.780,68	5.448.780,68	92,16%
Secretaria de Saúde (FMS)	20.707.731,00	17.420.826,30	15.004.997,36	14.877.078,97	71,84%
Secretaria de Ordem Pública (SEMOP)	4.503.710,00	3.850.708,10	3.483.026,99	3.448.096,99	76,56%
Secretaria de Esportes e Juventude (SEEJUV)	533.000,00	386.425,50	359.121,60	359.121,60	67,34%

A maioria das unidades apresenta **percentuais satisfatórios de liquidação**, próximos ou acima dos 70%, demonstrando regularidade na execução orçamentária.

Observações relevantes:

- A Secretaria de Cultura tem uma das maiores execuções proporcionais
 (92,16%), evidenciando forte atuação nas ações culturais no período.
- A Secretaria de Infraestrutura, apesar de grande dotação, apresenta execução de apenas 55,28%, indicando possibilidade de concentração de gastos no último trimestre.
- A execução total paga (R\$ 80,38 milhões) representa cerca de 68,32% do orçamento atualizado, coerente com o tempo decorrido do exercício (3 trimestres de 4).



Conclusão técnica

A execução orçamentária encontra-se dentro dos **limites operacionais aceitáveis**, com destaque para as áreas da saúde, educação e cultura. Recomenda-se, no entanto, o **acompanhamento mais rigoroso** das secretarias com execução abaixo da média, a fim de garantir o cumprimento das metas do exercício até o encerramento do ano.

Síntese Geral do Controle da Execução Orçamentária:

Dotação Atualizada Total: R\$ 117.654.944,48

• Empenhado: R\$ 107.043.966,60 (90,98%)

• Liquidado: R\$ 82.644.718,85 (70,24%)

• Pago: R\$ 80.383.666,95 (68,32%)

4.1.7 - DOS CREDITOS ADICIONAIS

De acordo com o Art. 4º da Lei Municipal nº 1.005/2024 (LOA 2024), foi estabelecido o limite de 80% sobre a despesa orçada fixada (dotação inicial) para abertura de créditos adicionais no exercício.

Até o 3º trimestre de 2025 (janeiro a setembro), foram abertos créditos suplementares que totalizam:

R\$ 53.589.436,07 (cinquenta e três milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e sete centavos).

Esse montante representa 52,38% da despesa fixada no orçamento, indicando que o Município ainda se encontra dentro do limite legal autorizado para abertura de créditos suplementares. O controle interno recomenda o monitoramento contínuo desse percentual, para garantir a não extrapolação do limite legal até o encerramento do exercício.

Tabela - Créditos Suplementares Abertos até o 3º Trimestre de 2025

Mês de Abertura	Valor do	Crédito Suplementar (R\$)
Janeiro	R\$	6.019.866,16
Fevereiro	R\$	5.225.666,73



Março	R\$	8.262.830,01
Abril	R\$	1.631.023,04
Maio	R\$	5.453.432,42
Junho	R\$	9.402.698,12
Julho	R\$	4.543.444,00
Agosto	R\$	7.472.705,60
Setembro	R\$	5.777.769,99
Total	R\$	53.789.436,07

Gráfico - Créditos Suplementares Abertos até o 3º Trimestre de 2025

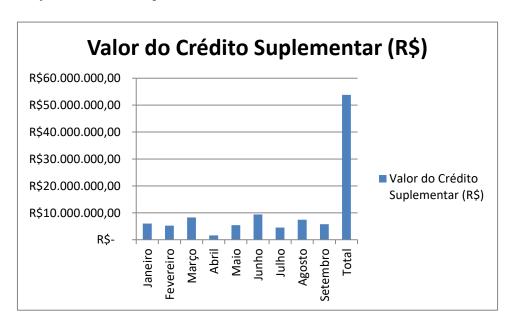


Tabela - Créditos Suplementares até o 3º Trimestre de 2025

FONTES		NO TRIMESTTE		ACUMULADO
Anulação de Dotações	R\$	8.690.575,69	R\$	38.234.492,07
Excesso de Arrecadação	R\$	8.903.343,90	R\$	15.354.944,00
Superávit Financeiro	R\$	-	R\$	-
Operações de Crédito	R\$	-	R\$	-
TOTAIS	R\$	17.593.919,59	R\$	53.589.436,07

DESPESA TOTAL FIXADA	R\$ 102.300.000,00
% Percentual autorizado na LOA 2024	80%
% Utilizado até o trimestre	52,38



4.1.8 - DESPESAS COM DIÁRIAS

No 3º trimestre de 2025, foram concedidas diárias a servidores e agentes públicos do Município de Rosário do Catete, totalizando o valor de R\$ 32.300,00 (trinta e dois mil e trezentos reais), destinadas à participação em atividades de capacitação e deslocamentos institucionais.

Considerando o acumulado do exercício até setembro, o valor total de despesas com diárias foi de **R\$ 59.670,00** (cinquenta e nove mil, seiscentos e setenta reais).

As concessões seguiram os critérios e valores estabelecidos nos **Anexos I e II do Decreto Municipal nº 60/2022, de 13 de maio de 2022**, que regulamenta a concessão de diárias no âmbito municipal.

Abaixo, apresenta-se a distribuição das despesas por órgão:

Tabela - Pagamento de diárias até o 3º Trimestre de 2025

ÓRGÃOS	NO TE	RIMESTRE (R\$)	ATÉ C	TRIMESTRE (R\$)
Prefeitura	R\$	23.950,00	R\$	44.700,00
FMS	R\$	800,00	R\$	6.920,00
FMAS	R\$	7.550,00	R\$	8.050,00
TOTAIS	R\$	32.300,00	R\$	59.670,00

4.1.9 – DESPESAS COM DOAÇÕES – AÇÕES DE ATENDIMENTO A COMUNIDADE

Durante o terceiro trimestre de 2025, o Município de Rosário do Catete realizou ações sociais e de saúde voltadas ao atendimento direto da população, por meio de programas assistenciais instituídos em conformidade com a Constituição Federal de 1988, as diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS/LOAS) e do Ministério da Saúde (MS/SUS), além de Leis Municipais específicas.

As ações foram operacionalizadas pelas respectivas secretarias, por meio de auxílios financeiros a pessoas físicas e distribuição gratuita de materiais essenciais, destinados à população em situação de vulnerabilidade social, econômica e de saúde.



Executada pela **Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social**, esta política visa garantir a proteção social básica e especial por meio de programas que asseguram os direitos fundamentais de famílias em situação de risco e exclusão social.

A)Doações no âmbito da Assistência Social:

Tipo de Despesa	No Trimestre (R\$)	Acumulado (R\$)
Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ 768.650,00	R\$ 2.248.900,00
Materiais de Distribuição Gratuita	R\$ 381.264,00	R\$ 1.255.071,80
Total	R\$ 1.149.914,00	R\$ 3.503.971,80

As despesas assistenciais foram realizadas conforme autoriza a **Lei Municipal nº 513/2005**, regulamentada pelos **Decretos nº 921/2014** e **nº 982/2014**, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social.

B) Assistência à Saúde

As doações na área da saúde foram efetuadas com fundamento nos **artigos 196** e 197 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 8.080/1990 e também na Lei Municipal nº 513/2005, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 1.113/2015.

Doações no âmbito da Saúde:

Tipo de Despesa	No Trimestre (R\$)	Acumulado (R\$)
Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ 56.729,26	R\$ 145.109,51
Materiais de Distribuição Gratuita	R\$ 278.181,67	R\$ 614.701,17
Total	R\$ 334.910,93	R\$ 759.810,68

C) Programas da Prefeitura

Além das ações executadas pelas áreas finalísticas, a Prefeitura também promoveu **apoio direto à população carente** através de programas municipais complementares, com foco no atendimento emergencial e suporte social, conforme abaixo:



Tipo de Despesa	No Trimestre (R\$)	Acumulado (R\$)
Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ 3.200,00	R\$ 92.160,40
Materiais de Distribuição Gratuita	R\$ 0,00	R\$ 7.599,00
Total	R\$ 3.200,00	R\$ 99.759,40

D) Fundo de Habitação de Interesse Social (FHIS)

O Município mantém ações habitacionais por meio do Fundo de Habitação de Interesse Social (FHIS), regulamentado pelas Leis Municipais nº 638/2011 e nº 774/2017. Dentre as ações, destaca-se a concessão de locação social em pecúnia, visando garantir moradia digna a famílias em situação de vulnerabilidade habitacional.

E) Programa de Auxílio ao Esportista – PAE

Com base na **Lei Municipal nº 732/2015**, o Programa de Auxílio ao Esportista tem como objetivo promover a prática esportiva como instrumento de **desenvolvimento social e inclusão**, concedendo apoio direto a atletas e esportistas do município.

Observações:

As ações descritas reafirmam o compromisso do Município com a **garantia de direitos**, **promoção da cidadania** e o **atendimento digno à população em situação de vulnerabilidade**, dentro dos marcos legais vigentes e em consonância com as políticas públicas nacionais, visando o interesse social.

4.1.10 – SUBVENÇÕES A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Até o encerramento do 3º trimestre de 2025, o Município de Rosário do Catete firmou 07 (sete) convênios com entidades filantrópicas sem fins lucrativos, com fundamento em legislação municipal específica, destinando-se à execução de serviços de interesse público nas áreas de assistência social, saúde, educação e promoção da cidadania.

O valor total autorizado em subvenções sociais para o exercício de 2025 foi de **R\$ 906.000,00** (novecentos e seis mil reais), sendo os repasses programados ao



longo do ano conforme a execução orçamentária e os planos de trabalho aprovados.

Tabela de Execução Financeira até o 3º Trimestre de 2025:

ITEM	ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS	CONVENIO N°	VALOR DO CONVÊNIO	REPASSE NO TRIMESTRE	REPASSE ACUMULADO
1	Associação dos Músicos de Rosário do Catete	01 - 2025	R\$ 254.000,00	R\$ 86.000,00	R\$ 235.000,00
2	Associação dos Músicos de Rosário do Catete	02 - 2025	R\$ 115.000,00	R\$ 64.000,00	R\$ 115.000,00
3	Sociedade Musica Filarmônica Luiz Ferreira Gomes	03 - 2025	R\$ 239.000,00	R\$ 86.000,00	R\$ 171.000,00
4	Sociedade Musica Filarmônica Luiz Ferreira Gomes	04 - 2025	R\$ 88.000,00	R\$ 44.000,00	R\$ 88.000,00
5	Associação Centro Integrado de Educação especial – ACIEE	05 - 2025	R\$ 90.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 52.400,00
6	Associação Cultural Marcelina Vieira	06 - 2025	R\$ 84.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 63.000,00
7	Associação Unidos pelos Moradores de Rosario do Catete	07 - 2025	R\$ 36.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00
	TOTAL		R\$ 906.000,00	R\$ 348.000,00	R\$ 742.400,00

Os valores acima foram repassados conforme os cronogramas pactuados nos convênios e em conformidade com os **princípios da legalidade**, **impessoalidade e interesse público**, respeitando os trâmites de prestação de contas.

O montante já executado até o 3º trimestre, **R\$ 742.400,00**, representa cerca de **81,94% do total previsto**, indicando regularidade na execução das transferências, com saldo restante de **R\$ 163.600,00** a ser executado no 4º trimestre, conforme cronograma e disponibilidade orçamentária.

5. DOS LIMITES LEGAIS E GESTÃO FISCAL

5.1 -DO SUBSÍDIO AOS AGENTES PÚBLICOS

Os subsídios mensais dos agentes políticos do Poder Executivo Municipal — **Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais** — estão fixados em conformidade com a legislação vigente, conforme dispõe a **Lei Municipal aprovada pela Câmara de Vereadores para a legislatura 2017/2020**, com validade prorrogada por atos subsequentes.

Durante o período em análise, foi realizada a verificação documental dos pagamentos efetuados aos agentes políticos, os quais ocorreram **em consonância com os valores legalmente fixados** e com os registros contábeis e financeiros do Município.



Quadro - Subsídios Fixados aos Agentes Políticos do Município

Cargo/Beneficiário	Valor Mensal Fixado (R\$)
Prefeito	R\$ 25.322,27
Vice-Prefeito	R\$ 16.881,51
Secretários Municipais	R\$ 7.596,68

O controle interno atestou que os pagamentos foram realizados **dentro dos limites legais e orçamentários**, não sendo identificadas inconformidades no cumprimento dos dispositivos legais que regulam a remuneração dos agentes políticos municipais.

5.2 - DA DESPESA COM O PODER LEGISLATIVO

No período compreendido entre **janeiro e setembro de 2025**, o Município de **Rosário do Catete** efetuou repasses regulares ao **Poder Legislativo Municipal**, em cumprimento ao disposto no artigo 29-A da **Constituição Federal**, que trata da autonomia financeira do Legislativo local.

O valor total transferido até o final do 3º trimestre foi de R\$ 4.007.643,03 (quatro milhões, sete mil, seiscentos e quarenta e três reais e três centavos), conforme demonstrado a seguir:

Tabela - Repasses à Câmara Municipal até o 3º Trimestre de 2025

DATA	CÂMARA MUNICIPAL	VALOR
20/01/2025	Repasse Concedido	R\$ 416.666,66
19/02/2025	Repasse Concedido	R\$ 416.666,66
17/03/2025	Repasse Concedido	R\$ 416.666,66
16/04/2025	Repasse Concedido	R\$ 416.666,66
20/05/2025	Repasse Concedido	R\$ 416.666,66
11/06/2025	Repasse Concedido	R\$ 143.135,05
18/06/2025	Repasse Concedido	R\$ 445.293,67
17/07/2025	Repasse Concedido	R\$ 445.293,67
20/08/2025	Repasse Concedido	R\$ 445.293,67



	TOTAL	R\$ 4.007.643,03
189/09/2025	Repasse Concedido	R\$ 445.293,67

Os valores transferidos seguem os limites legais estabelecidos para o duodécimo e foram realizados de forma periódica e proporcional, assegurando o funcionamento regular da **Câmara Municipal**, conforme preceitua a legislação vigente.

5.3 – GESTÃO PATRIMONIAL/ALMOXARIFADO

O Município de Rosário do Catete/SE dispõe de sistemas informatizados específicos para o controle do seu patrimônio público e do almoxarifado, os quais vêm sendo acompanhados regularmente pelo setor de controle interno, em articulação com os setores responsáveis.

No que se refere aos **bens móveis e imóveis**, verifica-se que estão devidamente **registrados, tombados e vinculados aos seus respectivos termos de responsabilidade**, conforme determina a legislação patrimonial vigente. Esse controle assegura a rastreabilidade e a responsabilização quanto à guarda e uso dos bens públicos.

Em relação ao **almoxarifado**, o controle de materiais de consumo é realizado por meio de **registro sistemático de entradas e saídas**, com acompanhamento por **fichas de prateleira**, que refletem os saldos físicos e contábeis de cada item. As contagens físicas são realizadas periodicamente, permitindo a conferência e o ajuste de eventuais divergências.

Tais práticas demonstram a preocupação da administração municipal com a organização, integridade e transparência da gestão patrimonial e de estoques, contribuindo para o zelo com os recursos públicos.

5.4 – GASTOS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Com base nos dados apurados no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RRO) referente ao 4º bimestre de 2025, constatou-se que o Município de Rosário do Catete/SE aplicou o equivalente a 26,12% das receitas resultantes de impostos, compreendidas as transferências constitucionais e legais, na manutenção e desenvolvimento do ensino.



O índice verificado atende ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, que estabelece o investimento mínimo de 25% dessas receitas na área da educação.

A apuração demonstra o cumprimento do limite constitucional no período, reforçando o comprometimento do Município com a garantia do direito à educação pública de qualidade.

5.4.1 – APLICAÇÃO DO FUNDEB

Com base na análise das transferências e da execução financeira dos recursos do FUNDEB, conforme registrado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RRO) do 4º bimestre de 2025, constatou-se que o Município de Rosário do Catete/SE aplicou o equivalente a 91,86% dos recursos do fundo na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

Esse percentual encontra-se em conformidade com o disposto no art. 26 da Lei Federal nº 14.113/2020, que exige o investimento mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB nessa finalidade.

Destaca-se, inclusive, que o Município vem aplicando percentual superior ao montante recebido a título de complementação para remuneração do magistério, demonstrando compromisso com a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento da rede pública de ensino.

5.3.2 – GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Durante o período em análise, o Município de Rosário do Catete/SE aplicou, até o terceiro trimestre de 2025, o equivalente a 13,90% de suas receitas na manutenção e desenvolvimento de ações e serviços públicos de saúde.

Esse percentual encontra-se abaixo do mínimo constitucional exigido, conforme determina a Emenda Constitucional nº 29/2000, regulamentada pela Lei Complementar nº 141/2012, e reafirmado pela Resolução nº 283, de 03 de outubro de 2023, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE), que exige a aplicação mínima de 15% da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais.

Diante desse cenário, o Controle Interno recomenda o acompanhamento mensal rigoroso da execução orçamentária da área da saúde, de forma a



garantir o cumprimento do limite legal **ainda dentro do exercício vigente**, evitando-se implicações legais e restrições junto aos órgãos de controle.

5.4- DESPESA TOTAL COM PESSOAL

Nos termos do disposto no art. 18, §2º, em conjunto com o art. 19, inciso III da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), a despesa total com pessoal do Município — compreendendo os Poderes Executivo e Legislativo — não poderá ultrapassar o limite de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Especificamente para o **Poder Executivo**, conforme estabelece o **art. 20, inciso III, alínea "b"** da mesma lei, o limite máximo é de **54% da RCL**.

Embora a apuração formal do cumprimento desses limites seja realizada no Relatório de Gestão Fiscal anual, de responsabilidade do Poder Executivo, o controle interno vem realizando o acompanhamento periódico da evolução da despesa com pessoal, de forma preventiva, visando assegurar o cumprimento da legislação fiscal e evitar o atingimento dos limites prudenciais ou máximos.

5.5. DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO da Lei 101/2000

Os relatórios de gestão, conforme a Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), referem-se principalmente ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF). Este relatório, publicado quadrimestralmente, demonstra o cumprimento dos limites estabelecidos na LRF para despesas com pessoal, dívida consolidada líquida, concessão de garantias e operações de crédito. Além do RGF, a LRF também aborda o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), que é publicado bimestralmente e detalha a execução do orçamento.

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF)O RGF é um instrumento de transparência da gestão fiscal criado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ele visa controlar, monitorar e dar publicidade ao cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF, incluindo¹:

- Despesas com pessoal



- Dívida consolidada líquida
- Concessão de garantias
- Operações de crédito

O RGF é publicado quadrimestralmente e deve ser disponibilizado até 30 dias após o encerramento do período a que corresponde. Você pode encontrar os relatórios do Poder Executivo Federal no site do Tesouro Transparente.

O Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)O RREO é uma exigência constitucional que abrange todos os Poderes e o Ministério Público. Ele é composto por:

- Balanço orçamentário
- Demonstrativos da execução das receitas e despesas
- Demonstrativos de Restos a Pagar
- Demonstrativos de resultados nominal e primário

O RREO deve ser publicado até 30 dias após o encerramento de cada bimestre..

Os Relatórios de Gestão Fiscal(RGF) e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RRO) foram publicados no Tesouro Nacional dentro do prazo legal, e disponibilizados a sociedade através do Portal de transparecia do município, da seguinte forma:

RRGF:

https://rosariodocatete.se.gov.br/portaltransparencia/?servico=cidadao/publicacoes/rgf

RRO:

https://rosariodocatete.se.gov.br/portaltransparencia/?servico=cidadao/publicacoes/rreo



5.6. DAS LICITAÇÕES

Durante o período em análise, os processos licitatórios realizados pelo Município de Rosário do Catete/SE foram conduzidos em conformidade com os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), bem como com demais normativos aplicáveis, incluindo os regulamentos municipais e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE).

As licitações realizadas observaram os princípios da **legalidade**, **publicidade**, **isonomia**, **eficiência e economicidade**, garantindo a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Além disso:

- Os dados e documentos referentes aos processos licitatórios foram devidamente inseridos e atualizados no Sistema Informatizado do TCE/SE – APE, em atendimento à legislação vigente;
- As informações também foram divulgadas no Portal da Transparência do Município, assegurando o cumprimento dos princípios da transparência pública e controle social.

O Controle Interno acompanhou a regularidade dos processos, constatando que as fases licitatórias vêm sendo conduzidas de forma adequada e com respaldo jurídico, recomendando-se a continuidade do monitoramento e capacitação contínua da equipe responsável.

5.7. DOS PRECATÓRIOS

Durante o 3º trimestre de 2025, o Controle Interno realizou o acompanhamento da situação dos **precatórios judiciais** de responsabilidade do Município de **Rosário do Catete/SE**, conforme determina a **Emenda Constitucional nº 113/2021**, a **Constituição Federal (art. 100)**, e os normativos do **Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe**.

Os precatórios são débitos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, cuja execução ocorre por meio de requisição judicial formalizada pelo Poder Judiciário. O Município tem cumprido suas obrigações por meio do envio dos repasses mensais ao Tribunal de Justiça, conforme calendário de pagamento estabelecido.

No período em análise:



- Os valores repassados ao TJ/SE para pagamento de precatórios seguem os percentuais definidos pela legislação em vigor.
- Foi verificada a inclusão dos valores de precatórios na Lei Orçamentária Anual (LOA/2025), conforme determina a Lei nº 4.320/64 e a Resolução CNJ nº 303/2019.
- O Município não registra inadimplência ou parcelamentos em atraso, mantendo-se adimplente com o regime especial.

A Controladoria geral recomenda a continuidade do acompanhamento contábil e jurídico da gestão de precatórios, de modo a garantir a **segurança jurídica e orçamentária**, além de evitar restrições legais ou bloqueios por descumprimento.

5.8. DO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA

A Prefeitura Municipal de **Rosário do Catete/SE** mantém em pleno funcionamento seu **Portal da Transparência**, disponível no endereço eletrônico: https://rosariodocatete.se.gov.br/portaltransparencia

A ferramenta atende às exigências previstas na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em especial os arts. 48 e 48-A, bem como à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), permitindo o acesso público em tempo real a informações sobre:

- Execução orçamentária e financeira;
- Despesas detalhadas (pagas, liquidadas, empenhadas);
- Receitas arrecadadas por fonte e natureza:
- Contratos, convênios, licitações e empenhos;
- Folha de pagamento dos servidores e terceirizados;
- Relatórios de gestão fiscal e de execução orçamentária;
- Publicações oficiais e atos administrativos;
- Prestação de Contas
- Demais

O **Controle Interno** verificou, durante o 3º trimestre de 2025, a **regularidade e atualização periódica do portal**, atestando que as informações estão disponibilizadas em conformidade com os prazos legais e de forma acessível à população, promovendo **transparência ativa e passiva** no âmbito da administração pública municipal.

A manutenção do Portal da Transparência é essencial para fortalecer o controle social e o acompanhamento da gestão pública pelos cidadãos e pelos órgãos de controle externo.



CONCLUSÃO

Com base na análise dos documentos, demonstrativos e informações disponibilizadas, conclui-se que os procedimentos adotados pelos setores da administração municipal estão em conformidade com os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade, observando as normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), bem como demais legislações vigentes.

Destaca-se o acompanhamento contínuo da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município de **Rosário do Catete**, com foco na transparência e no controle dos gastos públicos, cumprindo-se, assim, os deveres institucionais do controle interno.

Rosário do Catete, 22 de outubro de 2025.

CARMEN DENISE DOS SANTOS

SECRETÁRIA CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL



CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que o **Relatório de Controle Interno referente ao terceiro trimestre de 2025** foi elaborado com base nos documentos oficiais, cumprindo rigorosamente os parâmetros da **Contabilidade Pública** e atendendo às exigências legais pertinentes, especialmente as disposições:

- Da **Lei Complementar** nº 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);
- Da **Lei Federal nº 4.320/1964**, que estatui normas gerais de Direito Financeiro aplicáveis à elaboração e controle dos orçamentos públicos.

O relatório contempla de forma objetiva e técnica as principais movimentações orçamentárias, financeiras, patrimoniais e administrativas do período, servindo como instrumento de fiscalização, transparência e apoio à tomada de decisões.

Rosário do Catete 22 de outubro de 2025.

CARMEN DENISE DOS SANTOS

SECRETÁRIA CHEFE DE CONTROLADORIA